

Sumário

Capítulo I ► SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....	29
1. NOÇÕES GERAIS	29
2. JUIZ.....	29
2.1. Breves noções	29
2.2. O papel do juiz moderno	30
2.3. O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP).....	32
2.4. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251, CPP).....	32
2.5. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253, CPP)	33
2.6. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254, CPP).....	35
2.7. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255, CPP)	37
2.8. Criação proposital de animosidade por má-fé (art. 256, CPP)	38
2.9. A incompatibilidade do juiz (art. 112, CPP).....	38
2.10. Juiz sem rosto e a Lei nº 12.694/12.....	39
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	46
3.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257, CPP)	46
3.2. Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258, CPP).....	48
3.3. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal.....	50
4. ACUSADO	55
4.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259, CPP)	55
4.2. Condução coercitiva do réu (art. 260, CPP)	55
4.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261, CPP).....	57
5. CURADOR (ART. 262, CPP).....	58
6. DEFENSOR	59
6.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264, CPP).....	59
6.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265, CPP).....	62
6.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267, CPP).....	65
7. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	66
8. FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA	74
8.1. Denominação	74
8.2. Suspeição (art. 274, CPP).....	74
9. PERITOS E INTÉRPRETES.....	74
9.1. Perito (arts. 275 a 280, CPP)	74
9.2. Intérprete (art. 281, CPP).....	76

Capítulo II ► PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	77
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES	77
2. O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	91
3. FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300, CPP)	97
4. MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR.....	117
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	117
4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310, CPP)	126
4.2.1. Noções gerais	126
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301, CPP).....	133
4.2.3. Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	137
4.2.4. Espécies de prisão em flagrante (art. 302, CPP).....	138
4.2.4.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP).....	138
4.2.4.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP).....	138
4.2.4.3. Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP)	139
4.2.4.4. Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145, STF)	140
4.2.4.5. Flagrante forjado ou urdido	144
4.2.4.6. Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial	144
4.2.4.7. Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, § 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13).....	145
4.2.4.8. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303, CPP), habituais e continuados	147
4.2.5. Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305, CPP)	148
4.2.6. Controle jurisdicional da prisão em flagrante, audiência de custódia e providência administrativa e auxiliar à persecução penal (arts. 308 a 310-A, CPP).....	154
4.3. Prisão preventiva	170
4.3.1. Noções gerais	170
4.3.2. Momento de decretação (art. 311, CPP)	170
4.3.3. Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312, CPP).....	173
4.3.4. Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314, CPP).....	184
4.3.5. Fundamentação da prisão preventiva (art. 315, CPP).....	204
4.3.6. Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316, CPP)	209

4.3.7. Apresentação espontânea do acusado	217
4.4. Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B, CPP).....	218
4.5. Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP)	226
4.6. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP).....	226
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	228
6. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 e 320, CPP).....	245
7. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	256
7.1. Noções gerais	256
7.2. Liberdade provisória com fiança	262
7.2.1. Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324, CPP).....	263
7.2.2. Valor da fiança (arts. 325 e 326, CPP)	265
7.2.3. Condições da fiança (arts. 327 e 328, CPP)	266
7.2.4. Fiança definitiva (art. 330, CPP).....	266
7.2.5. Consequências possíveis da fiança.....	267
7.3. Liberdade provisória sem fiança	270
Capítulo III ► MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....	275
1. TEORIA GERAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA.....	275
2. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA EM ESPÉCIE	283
3. CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ART. 338-A CP)	287
Capítulo IV ► CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	289
1. CONCEITO DE CITAÇÃO.....	289
2. ESPÉCIES DE CITAÇÃO	289
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357, CPP).....	289
2.2. Citação do militar (art. 358, CPP)	293
2.3. Citação do funcionário público (art. 359, CPP)	293
2.4. Citação do réu preso (art. 360, CPP).....	294
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366, CPP).....	295
2.6. Citação por hora certa (art. 362, CPP)	296
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366, CPP)	299
4. A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367, CPP).....	304
5. CONCEITO DE INTIMAÇÃO.....	306
6. PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372, CPP).....	306
Capítulo V ► SENTENÇA.....	313
1. ATOS JURISDICIONAIS.....	313
2. CONCEITO DE SENTENÇA.....	314
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS	314

4. CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381, CPP).....	316
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 382, CPP).....	320
6. EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383, CPP)....	320
7. MUTATIO LIBELLI (ART. 384, CPP)	322
8. INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385, CPP).....	333
9. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386, CPP).....	334
10. SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387, CPP)	337
11. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	349
12. FORMA DA SENTENÇA (ART. 388, CPP)	349
13. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392, CPP).....	349

Capítulo VI ► PROCEDIMENTOS..... 353

1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP)	353
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405, CPP)	356
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538, CPP).....	374
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95)	377
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95).....	381
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95).....	392
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95).....	398
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497, CPP).....	407
5.1. Competência	407
5.2. Composição	408
5.3. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF)	409
5.4. Procedimento bifásico.....	410
5.5. Pronúncia (art. 413, CPP)	413
5.6. Impronúncia (art. 414, CPP).....	423
5.7. Absolvição sumária (art. 415, CPP).....	425
5.8. Desclassificação (art. 419, CPP)	427
5.9. Fase do julgamento	431
5.10. Desaforamento (arts. 427 e 428, CPP).....	431
5.11. Jurados.....	435
5.12. O julgamento.....	437
5.13. Debates orais	442
5.14. Quesitos	448
6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05)	462
7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518, CPP)	464
8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523, CPP).....	467

9. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530-I, CPP)	468
10. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).....	471
11. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS).....	486
12. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 13.869/2019).....	497
13. PROCEDIMENTO DA Ação PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90)	500
14. PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548, CPP)	505
15. PROCEDIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/21).....	506

Capítulo VII ► NULIDADES 509

1. NOÇÕES GERAIS	509
2. ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	509
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	510
4. PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	512
4.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563, CPP)	512
4.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565, CPP)	513
4.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565, CPP)	514
4.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566, CPP).....	515
4.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP)	515
5. ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	517
5.1. Incompetência	517
5.2. Impedimento e suspeição.....	519
5.3. Suborno do juiz	520
5.4. Ilegitimidade de parte	520
5.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação	521
5.6. Ausência do exame de corpo de delito	521
5.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	522
5.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	523
5.9. Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	523
5.10. Ausência do réu e realização da sessão	524
5.11. Quórum para a instalação da sessão do Júri.....	524
5.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	524
5.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas	525
5.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri	525
5.15. Ausência da sentença.....	525
5.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício	526
5.17. Ausência de intimação para recurso	526

5.18. Falta do <i>quórum legal</i> para a decisão.....	526
5.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	526
6. ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA.....	527
6.1. Infringência à regra de prevenção	527
6.2. Falta de intervenção do Ministério Público	527
6.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	527
6.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia.....	527
6.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	528
6.6. Ausência da forma legal dos atos processuais	528
7. MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571, CPP).....	528
8. CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS	531

Capítulo VIII ► RECURSOS..... 533

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	533
1.1. Noções gerais	533
1.2. Características	533
1.3. Efeitos	541
1.4. Recurso de ofício (art. 574, CPP).....	544
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575, CPP).....	545
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576, CPP) ...	546
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577, CPP).....	547
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	548
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579, CPP)	553
2. APELAÇÃO.....	557
2.1. Noções gerais	557
2.2. Interposição.....	558
2.3. Cabimento.....	561
2.4. Processamento	568
2.5. Julgamento	570
3. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	571
3.1. Noções gerais	571
3.2. Interposição.....	571
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581, CPP).....	572
3.4. Processamento	576
3.5. Julgamento	578
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	578
4.1. Noções gerais	578
4.2. Interposição.....	579

4.3. Hipóteses de cabimento	579
4.4. Processamento	580
4.5. Julgamento	580
5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	582
5.1. Noções gerais	582
5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP)	583
5.3. Hipóteses de cabimento	583
5.4. Processamento	584
5.5. Julgamento	585
6. CARTA TESTEMUNHÁVEL	585
6.1. Noções gerais	585
6.2. Interposição (art. 640, CPP)	585
6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639, CPP)	586
6.4. Processamento (art. 643, CPP)	586
6.5. Julgamento	587
7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	587
8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	589
9. AGRAVO EM EXECUÇÃO	597
10. CORREIÇÃO PARCIAL	598
11. PROTESTO POR NOVO JÚRI	599
12. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL OU INOMINADO	601
13. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	602
14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	605
Capítulo IX ► AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	609
1. NOÇÕES GERAIS	609
2. REVISÃO CRIMINAL	609
2.1. Noções gerais	609
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622, CPP)	611
2.3. Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623, CPP)	615
2.4. Competência (art. 624, CPP)	616
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628, CPP)	617
2.6. Sucessores (art. 631, CPP)	617
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630, CPP)	617
3. HABEAS CORPUS	620
3.1. Noções gerais	620
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648, CPP)	624
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647, CPP)	628
3.4. Competência (art. 650, CPP)	630

3.5. Legitimidades ativa e passiva	631
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP)	633
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664, CPP).....	633
3.8. Julgamento	635
3.9. Recursos	635
4. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	635
4.1. Noções gerais	635
4.2. Hipóteses de cabimento	636
4.3. Competência	638
4.4. Legitimidades ativa e passiva	638
4.5. Procedimento	639
4.6. Julgamento	640
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	643